PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ - VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 93 JANEIRO 1975 X ANO

NESTE NÚMERO

RELEVANTE FATO POLÍTICO

Na mais dura clandestinidade, reuniu-se o Comitê Central do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Debateu, durante vários dias, importantes questões do movimento democrático e revolucionário, aprovando resoluções e adotando orientação política oportuna e em consonância com a realidade.

Ao iniciar-se a reunião, foi prestada comovente homenagem aos camaradas do Comitê Central que, há dois anos, tombaram assassinados pela polícia. Seus nomes figuraram no Presidium de Honra. Sobre a vida de Carlos Danielli, Lincoln Oest, Luis Guilhardini e Lincoln Roque falou o companheiro que dirigia os trabalhos, destacando a personalidade de cada um, seu amor ao Partido e ao povo, sua dedicação sem limites à causa do proletariado, seu exemplo corajoso de revolucionários convictos. Aqueles inolvidáveis dirigentes morreram heroicamente, sacrificando a vida em prol da liberdade, lutando contra a ditadura terrorista. Honraram até ao fim o glorioso título de membro do Partido. Sua atitude inabalável diante dos verdugos, ficará registrada para sempre na história das lutas do nosso povo.

A ordem-do-dia constou de dois pontos: a situação política e as tarefas atuais e problemas de construção do Partido. No primeiro ponto, a discussão concentrou-se em assuntos de grande atualidade. Num rápido apanhado do panorama internacional, destacou-se que a crise nos países capitalistas se aprofunda. A perspectiva que se apresenta é favorável à revolução e ao socialismo. Quanto ao Brasil, evidenciou-se que, sob a tutela dos generais, o país marcha para uma crise sem precedentes e encontra-se ameaçado de ser totalmente avassalado pelo capital estrangeiro, em particular o norte-americano. As condições de vida do povo agravaram-se enormemente. Onze anos de regime militar conduziram o Brasil a uma situação calamitosa. A ditadura, porém, está cada vez mais isolada. Procurando salvar o regime, alvo da condenação geral, os generais apelam não somente para a repressão. Buscam também, através da demagogia e do engodo, ampliar a sua base política. Por isso, desmascarar suas manobras sorrateiras e lutar pela derrubada do sistema imposto pelas Forças Armadas é questão primordial. O Comitê Central aprovou um documento intitulado LEVAR ADIANTE E ATÉ AO FIM A LUTA CONTRA A DITADURA. Trata-se de uma mensagem aos brasileiros, fundamentando a necessidade da união de amplas forças com o objectivo de livrar o país do despotismo e abrir caminho para um regime baseado na liberdade e orientado para o progresso social. Esse documento indica as palavras-de-ordem adequadas ao momento — ASSEMBLEIA CONSTITUINTE LIVREMENTE ELEITA; ABOLIÇÃO DE TODOS OS ATOS E LEIS DE EXCEÇÃO; ANISTIA GERAL. O regime discricionário precisa de ser derrubado, e não, ajeitado ou adaptado às circunstâncias, afirma o Comitê Central, aduzindo que "se a maioria dos brasileiros se unir e lutar decididamente por todas as formas nas fábricas e nos sindicatos, nas escolas e centros acadêmicos, nas fazendas e nas vilas, nas cidades e no campo, no parlamento, no púlpito, no teatro, nos cárceres, nos quartéis, nas

ruas, nas selvas do Araguaia e onde seja possível, a sorte da ditadura estará definitivamente selada".

A respeito da construção do Partido, segundo ponto da ordem-do-dia, o informante fez um balanço criterioso analisando os êxitos e os reveses da organização partidária nestes últimos anos. Apesar de a repressão ter-se voltado centralmente contra o Partido, com o propósito de destruí-lo, este resistiu aos golpes e soube defender-se dos ataques inimigos, provando ser uma organização consolidada e indestrutível. Em seguida, ele apreciou a actividade dos comunistas, saudando os camaradas que, em condições difíceis, souberam resguardar a organização e desenvolver o seu trabalho. Insistiu na necessidade de maior ligação do Partido com as massas, na utilização de métodos justos e na importância de ser assimilada e aplicada a linha do Partido, que é correta e baseada no marxismo-leninismo. Os documentos básicos devem ser estudados seriamente, as experiências de ação prática, generalizadas. O informante examinou também a situação do Comitê Central eleito na VI Conferência. Disse que, em seus efectivos, abriram-se alguns claros que precisam ser preenchidos. Salientou haver surgido toda uma camada de novos quadros que demonstram capacidade de comando e disposição de levar para a frente as tarefas do Partido. O momento exige, mais do que nunca, um Comitê Central coeso, teoricamente capaz, imbuído de espírito revolucionário e decidido a vencer as dificuldades por maiores que sejam.

Em relação ao 50º aniversário da fundação do orgão central do Partido — A CLASSE OPERÁRIA —, que ocorrerá a 1º de Maio deste ano, o Comitê Central adoptou uma resolução que vai publicada noutra página. Recordou-se, na reunião, a trajetória revolucionária do jornal dos comunistas, nestas cinco décadas. Através desses anos, A CLASSE OPERÁRIA tem contribuído para orientar e educar milhares e milhares de combatentes do proletariado e do povo.

O Comitê Central aprovou ainda, duas mensagens: uma destinada aos dirigentes e militantes do Partido que lutam em regiões longínquas, sob pressão constante do inimigo e outra a companheiros que se encontram encarcerados. Nestas mensagens, o orgão de direção nacional do Partido expressa sua plena confiança nos camaradas, valoriza seu destemor no combate aos adversários rancorosos do povo, manifesta admiração pela conduta que têm tido frente à repressão. Promete intensificar os esforços para prestar-lhes solidariedade e apoio assim como para conseguir libertá-los do cárcere.

A reunião do Comitê Central transcorreu num clima de fraternidade, de grande seriedade nos debates. Todos os presentes estavam convencidos da responsabilidade que incumbe ao Partido na condução das lutas do nosso povo para a conquista de uma vida com liberdade e independência nacional. A idéia da necessidade da revolução presidiu toda a discussão e norteou as decisões tomadas unanimemente. Sem dúvida, a reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil efetuada nas condições em que impera no país um regime terrorista, e pelos assuntos abordados, constituiu um grande acontecimento político.

Em memória de Frei Caneca

A 13 de Janeiro de 1825 – faz exatamente 150 anos – morria fuzilado em Recife, por ordem terminante de Pedro I, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, grande herói da luta do povo brasileiro pela independência do jugo colonial português, eminente figura da nossa intelectualidade revolucionária, nacionalista, do século passado.

As classes dominantes relegaram-no ao esquecimento. Chegaram mesmo a escarnecê-lo, como fez o ditador Médici, em 1972, ao mandar passear pelas ruas das capitais dos Estados os ossos de Pedro I. Nossos pseudo-liberais temem falar sobre ele. Em contraste, o proletariado revolucionário exalta a sua memória como um dos mais admiráveis exemplos de combatente da causa da libertação nacional e da soberania popular. Raros, como ele, revelaram tal grau de rebeldia militante contra os opressores do país e do povo, tanta intransigência em face dos inimigos, tamanho destemor perante a morte. As lições de sua vida e de sua luta são fontes perenes de inspiração para todos os patriotas e democratas, conservam bastante atualidade.

Frei Caneca nasceu na capital pernanbucana, em 1774, quando no mundo feudal surgiam e se desenvolviam as ideias burguesas de emancipação política, os conceitos de pátria e de nação, e quando em terras brasileiras, sob o domínio de Portugal, brotavam os fermentos da autonomia. Era de origem humilde. O apelido que o honrava adveio do fato de, na infância, ter ajudado o pai, um humilde tanoeiro, vendendo canecas. Certamente, por vocação religiosa e pelo desejo de estudar, ingressou na Ordem dos Carmelitas. Naquele tempo, e durante dezenas de anos depois, a Igreja Católica monopolizava a cultura na colônia. Para instruir-se e ascender socialmente, os moços das camadas mais pobres da oprimida e acanhada sociedade colonial deviam tornar-se frades ou padres. Outro recurso era ir estudar em Coimbra, o que só os filhos dos grandes proprietários e senhores de escravos podiam fazer. No entanto, não foi a confissão religiosa que converteu, desde os albores do século XIX, o jovem Frei Caneca num ardoroso partidário da independência do Brasil e dos direitos do povo. Ao contrário, a Igreja, como instituição reaccionária, além de possuir muitas propriedades e riquezas, sempre esteve umbilicalmente ligada às classes dominantes, sustentou-as por todos os meios. A verdade histórica é que, nas jornadas de 1817 e 1824 – as primeiras gloriosas tentativas de nossa revolução nacional e democrática – Frei Caneca e a brilhante falange de seus companheiros, a maioria de procedência igualmente humilde, não representavam na revolução, de maneira alguma, o clero, e sim as forças radicais da sociedade brasileira. Pertenciam à intelectualidade revolucionária, camada mais avançada da luta libertadora. Eles sentiram, como ninguém, o quanto era intolerável o domínio da metrópole portuguesa, o quanto pioravam as condições de vida d

povo. Simultaneamente, recebiam a influência das novas ideias revolucionárias e tomavam conhecimento da vitória da Revolução Francesa de 1789, dos movimentos emancipadores dos Estados Unidos, da América Espanhola, do Haiti. Daí a decisão de empunhar com valentia a bandeira da autonomia nacional e das reivindicações liberais burguesas. De modo coerente, passaram a integrar a ala liberal do "partido brasileiro", da união das correntes patrióticas favoráveis à independência, ala que pregava a liquidação da dinastia dos Bragança, sem regateios nem conciliações prejudiciais à nação.

Em 1822, depois do famoso grito de Ipiranga e do acordo que permitiu a Pedro I aparecer à frente do novo Estado Nacional, a linha da intelectualidade nacionalista oriunda do clero pobre chocava-se com a da Igreja oficial. Enquanto esta, já aderida à situação criada, acusava Frei Caneca de indisciplina e sustentava que a autoridade de Pedro I tinha origem divina, ele respondia, denunciando as manobras traidoras do régulo, seu absolutismo, e proclamando que a única e verdadeira fonte do Poder é o povo.

Não apenas como pensador, mas também por suas qualidades políticas e organizativas, Frei Caneca destacou-se dentre todos os seus companheiros e contenporâneos. Junto com os padres João Ribeiro, Roma, Miguelinho, Mororó e dezenas de outros foi um dos dirigentes da Revolução de 1817, quando pela primeira vez esteve em mãos de patriotas brasileiros o Poder no país. Ao sobrevir a derrota, se bem que não tivesse sido enforcado ou arcabusado, como alguns daqueles dirigentes, padeceu inomináveis torturas e ficou encarcerado na Bahia até 1821, sob a acusação de ter conclamado o povo à guerra revolucionária e organizado guerrilhas. Efectivamente, assim procedeu, expressando opiniões como as que seguem: "*Quando a pátria está em perigo, todo cidadão é soldado, todos devem se adestrar nas armas para rebater o agressor. Não é bastante que na ocasião do aperto maior saiam de suas casas com algumas pistolas ou facas, ou outras quaisquer armas, sem disciplina, sem ordem, sem chefe hábil nos negócios da guerra; tal estado de coisas só pode causar a confusão e a desordem. O tempo é de atropelo, devem vosmecês atropelar também a economia de suas acções?*" Não sem motivo, tornou-se conhecido, desde então, como o "frade guerrilheiro".

As posições combativas, revolucionárias, nortearam toda a sua vida. Libertado, voltou logo a Pernambuco para participar da deposição das autoridades coloniais e da instauração de um governo provisório provincial até que, no plano nacional, a Assembleia Constituinte, já convocada, indicasse os verdadeiros rumos do novo Estado e da Nação. Ao saber que Pedro de Bragança se entronizara como Imperador do Brasil, condicionou seu apoio a esse governante à exigência de que prevalecesse, na Constituição que se elaborava, a vontade soberana do povo. Com tal objetivo, fundou, em fins de 1823, o jornal "Tifles Pernambucano". Defendia a instituição de um regime constitucional, representativa, capaz, segundo ele, de assegurar a independência recém-conquistada. Afirmava que a unidade nacional devia ser baseada na autonomia das províncias, de acordo com as tradições brasileiras e como demonstrava a experiência positiva dos Estados Unidos da América do Norte. Considerava indispensável que o Brasil se constituisse numa federação unida pelos interesses e pelos senti-

mentos do povo de todo o país. Percebia que a nação, apesar de jovem, já possuia laços fortes de solidariedade e condições para sobreviver e progredir, percepção que, ainda hoje, certos elementos ditos progressistas não alcançaram. Embora jamais tivesse acreditado no liberalismo mostrou-se disposto a aceitar o regime monárquico, contando que a autonomia das províncias fosse preservada assim como respeitada a soberania popular. Por isso, a dissolução pela força da Assembleia Constituinte, encontrou de sua parte firme repulsa. E ao ser informado da imposição da Carta Constitucional, elaborada nos corrilhos palacianos, conferindo todos os poderes a Pedro I, escreveu, indignado, a um amigo: "*Não admitimos mais imposturas, conhecemos o despotismo, vamos decepá-lo*".

A Confederação do Equador, de 2 de Julho de 1824, teve em Frei Caneca seu principal cérebro, seu autêntico fundador. A República sonhada englobaria as províncias do Norte, as quais ficariam unidas por uma Constituição, cujas bases ele publicara em seu jornal, na véspera da Revolução. Neste projeto de Lei Magna, propôs enfaticamente a liberdade política, a igualdade civil, todos os direitos inalienáveis do homem. Estabeleceu ítens relativos à liberdade de imprensa e opinião. Destacou especialmente, a abolição da escravatura nos seguintes termos: "*Todo homem pode entrar a serviço de outro pelo tempo que quiser, porém não pode vender-se, nem ser vendido*". O conteúdo de seu ideário era nitidamente burguês, democrático. Não obstante pareceu muito radical, bastante avançado para aquele período.

Mas a Confederação do Equador só conseguiu o apoio das províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Sem a adesão das demais, sobretudo da Bahia, cujo movimento popular revelara pujança e combatividade na luta contra as tropas do general português Madeira, a nova República duraria pouquíssimos meses. De seu lado, o governo imperial tomara incontinenti medidas para debelar a revolução a ferro e fogo. Cercada por terra e por mar, o governo confederado não pôde manter-se. A derrota deveu-se, fundamentalmente, a certas condições internas adversas, da época, ao profundo atraso do país. Diferentemente dos Estados Unidos, onde vencera a Revolução da Independência com sentido democrático, no Brasil existia ainda um forte sistema feudal-escravista, que não deixou surgir nem florescer um núcleo numeroso de colonos livres. Os centros urbanos brasileiros eram então bastante débeis, distantes e dispersos. Além disso, a revolução não interessou direta e profundamente ao grosso da massa de escravos. Posto que condenasse formalmente a escravidão, não pretendia aboli-la imediatamente e radicalmente, mas sim de modo gradual. Em suma, por não terem compreendido a importância da participação da grande maioria da população escrava na luta pela independência, os líderes do movimento emancipador de 1817 e 1824 fatalmente seriam esmagados pela reação feudal e escravocrata.

Frei Caneca não cedeu facilmente. Julgou encontrar no interior de Pernambuco condições políticas e topográficas propícias à continuação da luta. Como não podia deixar de ser, enveredou pelo caminho da resistência armada, recorrendo ao método da guerra de guerrilhas. Mas quase tudo lhe foi hostil. Até uma tremenda seca contribuiu para obstar-lhe os planos. Suas colunas rarearam cada vez mais diante das dificuldades. Havia defecções dos que não tinham igual confiança na vitória. Mesmo sem recursos, passando fome, rompeu diversos cer

cos, travou alguns combates com vantagens e penetrou no sertão do Ceará, em busca de apoio. Só a 29 de Novembro, em decorrência da situação insustentável em que se achava, aceitou a proposta de rendição formulada pelo comandante das tropas imperiais, em troca do respeito pela vida dos guerrilheiros e do compromisso de que o governo não faria vinditas.

Dessa forma veio a cair nas mãos de Pedro I o mais intrépido defensor da causa emancipadora e democrática, o patriota que a reação mais temia e odiava A Justiça Militar, nomeada a propósito pelo Imperador, empreendeu de imediato seu julgamento sumário, Frei Caneca não procurou justificar-se, pessoalmente; sustentou com bravura suas ideias, seu direito a promover a revolução; não claudicou nem se prestou a qualquer compromisso com os inimigos da pátria e do povo. Compreendia que Pedro I queria vê-lo rapida e severamente castigado para escarmento dos que se atravessem a levantar-se contra a tirania. Seu comportamento altivo e digno, contribuíu para desmascarar o não cumprimento da promessa de que os prisioneiros teriam suas vidas poupadas. O desassombrado lutador deveria morrer na forca – tal a decisão dos juízes militares, antecipadamente tomada.

Longe de ficar abatido, Frei Caneca, em virtude de sua fibra moral e de suas profundas convicções, revelou-se mais animoso do que nunca. O desprezo pela morte, a consciência de cumprir em qualquer circunstância seu dever de patriota, de sacrificar a vida pelo bem comum, forjaram nele um dos mais belos e íntegros carácteres de homens públicos populares que registra a história brasileira. Cantou tais sentimentos em versos como estes: *"O Patriota não morre: / Vive além da eternidade;/Sua glória, seu renome, / São troféus da humanidade"*. Pouco antes de ser fuzilado, ainda compôs outro poema que diz: *"Tem fim a vida daquele/ Que a pátria não soube amar;/ A vida do patriota / Não pode o tempo acabar"*.

O episódio final do seu suplício mostra até que ponto ia a sanha da repressão. A agonia arrastou-se praticamente por três dias, nos quais sua figura se agigantou pela coragem ao passo que a dos seus verdugos se amesquinhou pela crueldade. Desde o dia 10 de Janeiro se haviam iniciado os preparativos para o enforcamento, Mas, nesse instante, a Igreja resolveu interceder junto a Pedro I em favor da vida do condenado, solicitando que a pena capital fosse comutada em prisão. O Imperador, além de recusar, ameaçou. A Igreja desistiu. Dia 13, pela manhã, já no patíbulo, ele foi submetido à degradação canônica, isto é, despido de seus hábitos religiosos e da condição de frade. Entretanto, o preso comum destinado a colocar-lhe o laço no pescoço, negou-se a fazê-lo. Ali mesmo foi pisoteado, surrado. Outros dois presos comuns convocados para a mesma bárbara função, também não a aceitaram. Diante disso, o representante de Pedro I, brigadeiro (como então se chamava ao general) Lima e Silva, optou pelo fuzilamento. Entrementes, Frei Caneca, que fora despertado do sono em que estava mergulhado para subir ao patíbulo, continuava sereno, procurando falar ao povo e auxiliar os carrascos a terminarem com a execução. Até que o ato infame se consumou.

A 150 anos do holocausto do grande herói popular, cumpre às forças revolucionárias não apenas homenageá-lo como compreender o sentido de suas ideias e de sua luta, assim como continuá-la nas novas condições históricas. Nesse

período, ocorreram enormes transformações no mundo e em nosso país. O socialismo venceu em alguns paises e avança vitorioso, enquanto o capitalismo está apodrecendo. As contradições sociais e políticas se aguçam. No Brasil, as forças que se opõem ao progresso, à democracia e a independência nacional já não são os senhores de terras e escravistas junto com o colonialismo português, mas sim os latifundiários e a grande burguesia associada ao imperialismo, sobretudo ao norte-americano. Por outro lado, as forças interessadas na revolução são outras, muito mais poderosas. O papel que representam é também diverso do daquele tempo. Agora, apenas uma parte da burguesia, a não-ligada aos interesses estrangeiros e à reacção, pode participar da revolução, mas não encabeçá-la. Tampouco a intelectualidade progressista, inclusive a provinda do clero, tem condições de ser a vanguarda revolucionária. A direção da revolução cabe ao proletariado, através de seu partido marxista-leninista. Nessas circunstâncias, o carater nacional e democrático da revolução, embora permaneça formalmente o mesmo, ganhou um novo conteúdo. Sob a liderança da classe operária e na base da aliança operário-camponesa, ela será inevitavelmente vitoriosa e abrirá caminho para o socialismo.

Todavia, muitas das ideias e das medidas expostas e propugnadas por Frei Caneca têm actualidade, estão na ordem-do-dia. Igualmente, o caminho revolucionário, a luta armada, e a intransigência que preconizou e revelou são fundamentalmente os mesmos que hoje devemos trilhar e praticar no combate para pôr abaixo a ditadura militar e varrer com dominação do imperialismo estadunidense.

Honra e glória eternas ao grande precursor da luta do povo brasileiro pela independência e pela democracia!

A bandeira de luta do Araguaia

Reveste-se de extraordinária significação a bandeira pela qual combatem os guerrilheiros e moradores do sul do Pará. Ergueram-se a favor da libertação e dos direitos do povo do interior e conclamaram todos os democratas e patriotas à união para defender seus sagrados interesses. Demonstrando conhecer profundamente os reclamos das massas desvalidas das zonas onde atuam, interpretam suas reivindicações mais sentidas e imediatas. Essa é uma experiência nova, de alto valor, e destinada a exercer influência sempre maior no curso do movimento revolucionário brasileiro.

Os resistentes do Araguaia, ao formularem o programa da "União pela Liberdade e Direitos do Povo" não ficaram no simples reconhecimento dos problemas fundamentais da gente do nosso vasto hinterland. Indicaram as soluções e batem-se claramente por elas, através do único caminho capaz de torná-las vitoriosas. Isto explica a simpatia que gozam e ajuda que recebem para sustentar sua gloriosa jornada.

O programa da ULDP faz uma análise objectiva e, ao mesmo tempo, uma denúncia vigorosa da situação das áreas distantes do litoral, em especial de uma das suas regiões mais pobres e abandonadas. As pessoas ali residentes acham-se privadas dos menores direitos, submetidas a impiedosa exploração sem assistência de espécie alguma. Sofrem toda a sorte de humilhações e tormentos. Seus anseios de liberdade, justiça, progresso e bem-estar são cada dia mais evidentes, necessitam atendimento urgente.

O problema número um é o da terra para trabalhar e sobreviver. Para a imensa maioria dos camponeses, as glebas vão-se transformando de sonho em pesadelo, tão difícil está adquiri-las. As melhores foram açambarcadas pelos ricos, pelos poderosos, os quais contam ainda com incentivos e financiamentos do governo. Os latifundiários ditam as leis, demarcam as posses que querem e, com o apoio do INCRA e da polícia, expulsam o povo que vem de longe pensando conseguir um pedaço de chão.

Os lavradores só têm deveres. Pesados deveres. Por muito que labutem, junto com a família, vivem na pobreza. Devem trabalhar para os outros e pouco ou nada recebem. Pagam as taxas ao INCRA pela terra em que produzem e imposto ao coletor pela parte da produção que levam ao mercado. Têm de vender a farinha, o milho e o arroz a baixo preço aos que lhes adiantaram algum dinheiro para o plantio ou para qualquer outra necessidade. O rosário de deveres dos lavradores, porém, não termina aí. As perfeituras lhes impõem regulamentos e normas injustos. Ademais, devem educar os filhos, mas não há escolas, cuidar deles se adoecem mas não dispõem de assistência médica. Até para enterrar

os seus mortos não conseguem, muitas vezes, o caixão, tal a miséria em que se encontram.

O pior são as perseguições que suportam. Qualquer bate-pau ou soldado de polícia abusa impunemente dos camponeses, comete contra eles tropelias incríveis. Pais de família e humildes trabalhadores vêem-se espancados, sujeitos a maus tratos e extorsões. Um leve gesto de defesa, mesmo em palavras, é considerado desacato pelas autoridades. As mulheres, invariavelmente tratadas como seres inferiores, são vítimas dos maiores vexames. Quem professa crenças do género do terecô está exposto a vinditas. Os delegados e comissários são prepotentes. Sem o seu consentimento não se realizam diversões, mesmo no âmbito familiar. Exigem pagamento de licença para uma simples festinha ou arrasta-pé. Atualmente, em decorrência da presença do Exército, o arbítrio aumentou. As tropas têm praticado brutais repressões. Os agentes da Polícia Federal também não ficam atrás nas violências. E se, anteriormente, os latifundiários e grileiros faziam o que bem entendiam, senhores que eram de baraço e cutelo, agora seus desmandos recrudesceram. O mínimo que pode ocorrer aos que se lhe oponham é levarem uma surra e serem expulsos do lugar onde moram.

Tal é, resumidamente, o drama de nossos patrícios do interior, o rol de seus martírios. Pergunta-se: por que são assim pisoteados? Por que nenhum dos chamados direitos do homem e do cidadão vigora no sertão. Os governantes do país, após a II Guerra Mundial, aderiram à Carta da ONU e subscreveram, em 1948, a obrigação de observar os denominados direitos humanos, ou sejam, o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; o direito de não ser mantido em escravidão ou servidão e de não ser preso arbitrariamente; o direito à livre escolha de emprego e a uma remuneração condigna e satisfatória que assegure ao trabalhador, assim como à família, uma existência compatível com a dignidade humana, etc. Sequioso de liberdade, cada vez mais consciente da necessidade de conquistar os seus direitos, o povo brasileiro empenhou-se em diversos movimentos de opinião para que eles fossem postos em prática. Mas em Abril de 1964, os generais reaccionários desfecharam um golpe exatamente para impedir o avanço da luta popular pela democracia e contra o imperialismo norte-americano. Por isso, hoje, tanto nas cidades como, especialmente, no interior, acentuaram-se a pobreza, e a ignorância, e imperam, com mais força, a injustiça e a arbitrariedade.

Os guerrilheiros do Araguaia defendem os direitos da gente do interior, da grande população camponesa, opõem-se à ditadura militar. Expressando o nível político e organizativo das massas, constituiu-se a União pela Liberdade e Direitos do Povo. Seu programa sintetiza as aspirações do homem do campo, estabelece em termos locais uma série de reivindicações, constantes de 27 ítens. Estes representam uma autêntica carta de direitos, que exige desde a terra para trabalhar, o combate à grilagem, a protecção à mão-de-obra e à mulher até à cessação das violências policiais. O programa serve de guia e orientação, é um objectivo a alcançar no processo de resistência em que se empenham os habitantes do sul do Pará e das regiões vizinhas, tendo à frente os destemidos guerrilheiros. A mobilização das massas para a consecução de cada

um, de alguns ou de todos os ítens do programa tornou-se uma tarefa de primeira ordem.

Desse modo, as Forças Guerrilheiras do Araguaia empreendem uma grandiosa campanha patriótica e democrática, são vanguardeiras da luta pelas liberdades e pelos direitos de milhões de brasileiros pobres das zonas interioranas. Despertam a consciência política da nossa gente simples e humilhada, ajudam-na a vencer as barreiras do atraso e do obscurantismo, infundem-lhe fé em suas próprias forças.

A bandeira levantada pelos guerrilheiros não só exprime com justeza e força os sentimentos e interesses dos camponeses, parcela considerável da população. Diz respeito também aos patriotas de todo o país. Acabará triunfando!

Mensagem ao PC da China

Inaugurou-se, em Pequim, a IV Legislatura da Assembleia Nacional Popular, orgão supremo do Estado chinês. Os representantes do povo a essa Assembleia foram eleitos em todo o país pelas massas trabalhadoras. O mandato que receberam incluía o de rever a Constituição e organizar o novo governo.

A Assembleia debateu os grandes problemas da China, tendo aprovado a nova Carta Magna. Esta registra as imensas conquistas obtidas pela população laboriosa nas duas últimas décadas, em especial as que resultaram da Grande Revolução Cultural Proletária. É uma Constituição socialista, inspirada no marxismo-leninismo e no pensamento do camarada Mao Tse-tung.

Ao final dos trabalhos, a Assembleia publicou a lista do governo constituído que tem à frente o camarada Chu-En-Lai.

O Partido Comunista da China, força dirigente do Estado de ditadura do proletariado, foi o organizador e orientador dessa esplêndida realização afirmativa da soberania popular. Seu papel de vanguarda e guia das massas trabalhadoras ficou ainda mais ressaltado.

Congratulando-se pelos sucessos alcançados na IV Legislatura com os co-

munistas chineses e com o camarada Mao Tse-tung, destacado e respeitado líder do povo da China e o mais alto dirigente da grande nação socialista, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil envia ao Comitê Central do Partido Comunista da China e ao seu presidente, a seguinte mensagem:

Ao camarada Mao Tse-tung
Ao Comitê Central do Partido Comunista da China

Prezados camaradas

Com entusiasmo revolucionário saudamos a realização da IV Legislatura da Assembleia Nacional Popular que aprovou a nova Constituição e elegeu o corpo dirigente do Estado chinês. É um acontecimento marcante na história do povo da China, sabiamente dirigido pelo Partido Comunista e por seu grande e respeitado líder, o camarada Mao Tse-tung.

A reunião plenária da Assembleia Popular coroa todo um ingente e frutuoso trabalho de vários anos, objetivando fortalecer a ditadura do proletariado e assegurar mais ainda o papel do Partido na direção do Estado. A superestrutura política e jurídica da China socialista assinala considerável avanço com a aprovação da actual Constituição. Ela registra as conquistas das massas trabalhadoras nestas duas últimas décadas e, em particular, as que tiveram lugar no curso da Grande Revolução Cultural Proletária. Todos os que desejam livrar-se da opressão e exploração capitalistas têm, nessa Carta, um exemplo magnífico de como se pode estruturar a autêntica democracia, almejada por muitidões de operários e camponeses em todo o mundo.

O Partido Comunista da China, sob a direção do camarada Mao Tse-tung, é o artífice principal de mais este triunfo do povo chinês. Guiado pela invencível doutrina do proletariado, conduz vitoriosamente, etapa por etapa, centenas de milhões de pessoas pelo largo caminho da revolução rumo à meta ambicionada do comunismo.

Em nosso país, onde não têm vingência as liberdades fundamentais do cidadão, a notícia sobre a nova Constituição chinesa repercutiu positivamente. As correntes progressistas receberam-na com imensa satisfação. Esse notável evento ajuda a desmascarar a propaganda anticomunista e a esclarecer os trabalhadores e o povo acerca da vida realmente livre e feliz que levam os habitantes da grande nação socialista da Ásia. A China é cada vez mais admirada e respeitada por sua política interna e pelas posições internacionais que adota em defesa dos povos oprimidos e no combate sem tréguas ao imperialismo, ao social-imperialismo e ao hegemonismo dos Estados Unidos e da União Soviética.

Congratulando-nos com os comunistas e o povo chineses pelos êxitos obtidos, formulamos os melhores votos de novos sucessos na construção do socialismo.

Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 1975

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

De novo o petróleo

A descoberta de petróleo na plataforma submarina da região de Campos, no Estado do Rio, serviu de motivo para mais uma campanha de autopromoção da ditadura militar. O sentido confessado do todo o estardalhaço governamental em torno do episódio foi o de diminuir o impacto resultante da esmagadora manifestação de repulsa popular que o regime de 1 de Abril sofreu nas eleições de Novembro. Embora anunciando novos métodos, Geisel abordou o tema da auto-suficiência do Brasil na obtenção do óleo bruto, que estaria garantida pela descoberta de Campos, com o mesmo estilo de manipulação publicitária adotado pelo governo sanguinário e mentiroso de Médici. A ditadura militar, em decorrência da estreiteza da sua base política e da ausência de apoio popular, não pode viver em outro clima que não seja o do falso otimismo.

Independentemente da manipulação governamental, os patriotas saudam a descoberta de Campos. Ela vem confirmar o que sempre foi dito pelos que defendem o monopólio estatal: há petróleo no Brasil. Quem negava eram os entreguistas, desde os tempos de Monteiro Lobato. Antes do monopólio, era este um dos principais pretextos para dificultar toda a iniciativa nacional de exploração do petróleo. Depois do surgimento da Petrobrás, como resultado de uma das mais impressionantes campanhas populares de sentido patriótico jamais havido em nosso país, a suposta inexistência de petróleo serviu de pretexto, desde 1964, para colocar a companhia estatal no caminho visivelmente falso das explorações de petróleo no exterior, com prejuizo dos investimentos na pesquisa e lavra no território nacional.

Para os que sempre lutaram em defesa do petróleo brasileiro e contra as manobras dos monopólios petrolíferos, não há surpresa na descoberta de Campos. Outras certamente virão. Deve haver muito petróleo no Brasil. E muito petróleo, pois é no Brasil que se encontra a maior bacia sedimentar do mundo.

A descoberta das jazidas no litoral fluminense apenas agora, e exatamente agora, em plena crise mundial do patróleo, sugere algumas reflexões. Os Estados Unidos e os países industrializados da Europa Ocidental foram colocados numa situação difícil pela crescente resistência dos países produtores de petróleo às imposições imperialistas. Seja qual for a forma que adote esta resistência (e, por ora, consiste principalmente na elevação de preços), ainda que dela participem alguns potentados árabes conhecidos pelo seu reaccionarismo e pelas suas ligações com os Estados Unidos e embora os monopólios aumentem também seus lucros com os aumentos do preço do óleo cru, o procedimento dos países produtores de petróleo tem um sentido essencialmente antiimperialista.

Os Estados Unidos, os maiores dilapidadores dos recursos naturais próprios

e principalmente alheios, os maiores espoliadores dos países dependentes, passaram já para a fase das ameaças. Depois dos sorrisos de Kissinger, veio a carranca de Ford acenando com a ocupação militar do Oriente Médio, caso os Estados Unidos sintam-se "estrangulados" pela falta de petróleo. A atitude e o argumento são dignos de Hitler e da sua teoria do "espaço vital" que serviu de pretexto para as agressões nazistas que deram origem à II Guerra Mundial.

Mas a esta altura, o imperialismo deve também estar à procura de novas fontes abastecedoras de óleo, sobretudo em áreas onde o seu domínio ainda é mais ou menos tranquilo. Os monopólios devem considerar o Brasil uma destas áreas tranquilas – no que aliás, se engana. É compreensível, portanto que, estejam interessados, **agora mais do que nunca**, no patróleo brasileiro. As empresas americanas devem saber onde ele está, melhor do que qualquer empresa ou órgão governamental brasileiros: é sabido que elas possuem o levantamento aerofotogramétrico completo do Brasil e, provavelmente, outros dados de pesquisa do subsolo até o presente desconhecidos dos próprios brasileiros.

A maior prova do crescente interesse do imperialismo no nosso petróleo – servindo igualmente de prova directa da sua existência em larga escala no nosso subsolo – é a recente campanha contra a estatização da economia brasileira desencadeada pelos maiores órgãos da imprensa, a começar pelo notório entreguista "O Estado de S. Paulo". O alvo declarado desta campanha, visivelmente dirigida por um centro único, é a Petrobras. "O Estado de S. Paulo" deixa claro que a empresa estatal do petróleo só não foi liquidada depois do golpe de 1964 porque os sucessivos governos militares não tiveram condições políticas para tanto e não ousaram fazê-lo, o que o jornal paulista lamenta comovidamente. Mas os entreguistas de "O Estado" manifestam a esperança de que a liquidação do monopólio estatal ainda venha a ocorrer – e brevemente. Dão-nos mesmo como favas contadas. Um dos argumentos da campanha é exatamente a descoberta de petróleo em novos pontos da nossa plataforma submarina, principalmente em Campos. Segundo a renovada cantilena de entreguismo, o Brasil só terá condições de explorar rapidamente estas novas jazidas e assegurar a auto-suficiência em petróleo se permitir a participação do capital e do "Knou how" estrangeiros nos campos petrolíferos recém-descobertos. Repete-se o conhecido argumento da falta de capitais e de experiência nacionais para a exploração do petróleo, que já se supunha totalmente gasto quando da contra-campanha entreguista do petróleo, que hoje se sabe ter sido directamente orientada pela embaixada americana, conforme documentos oficiais do Departamento de Estado recentemente publicados.

O pior é que o alvo principal da campanha, a Petrobrás, não se encontra em mãos seguras. É bom lembrar que foi durante a gestão do actual director na direcção da empresa que esta passou a se interessar mais pelos negócios no exterior do que pela pesquisa e lavra do próprio país. Geisel é também o autor da estranha frasesinha: "O monopólio estatal não é um fim, é um meio". A estupidez acaciana desta frase é apenas aparente. Na verdade, ela esconde veneno. O que Geisel quiz dizer (e quiz dizer para os norte-americanos) é que o mono-

pólio estatal do petróleo já não é intocável. É um meio para atingir o fim de encontrar e explorar petróleo ou assegurar seu fornecimento para o Brasil. Se o meio se revelar inadequado para que se atinja o fim – é a conclusão obrigatória – então muda-se de meio, isto é, acaba-se com o monopólio e admite-se a participação estrangeira. E não é difícil sabotar de dentro a Petrobrás, de modo a que ela se revele "incapaz" de atingir o fim. De qualquer modo, a atitude do actual governo como a de seus antecessores esconde propósitos entreguistas que não puderam ser materializados porque é profundo o sentimento antiimperialista dos brasileiros. E também porque a Petrobrás se transformou no seu maior símbolo até mesmo a ditadura militar vê-se constrangida a respeitá-la pelo menos formalmente.

Geisel procura posar de nacionalista, mas não passa, como seus parceiros do Alto Comando das Forças Armadas, de um reaccionário serviçal de trustes estrangeiros. Durante sua gestão na Petrobrás continuou a prática dos expurgos de técnicos e administradores conhecidos por suas convicções nacionalistas. Entretanto, diante das pressões do imperialismo, terá que acelerar as manobras tendentes à liquidação do monopólio estatal. A reação imperialista está disposta a ir até à guerra contra os países produtores de petróleo, particularmente os do Oriente Médio, a fim de assegurar suas fontes de abastecimento (as palavras de Ford não devem ser encaradas como vãs). Em consequência, será capaz de encostar na parede o actual governo brasileiro.

Subsiste, contudo, a outra pressão, cada vez mais definida: a do povo, que é a favor do monopólio estatal do petróleo. Para ele, para as forças progressistas, o monopólio estatal é meio e fim. Não há que falar em alterá-lo. Todavia, para contrapor-se à pressão imperialista e evitar que se consumam os manejos entreguistas da ditadura, impõe-se reforçar a campanha em defesa do monopólio estatal. Esta campanha deve prosseguir até que o petróleo do nosso subsolo e da nossa plataforma continental venha a beneficiar de fato a nação e seu povo, o que não será conseguido sob a vigência do regime militar.

RESOLUÇÃO SOBRE O 50° ANIVERSÁRIO DE "A CLASSE"

Continuação da pág. 16

central do Partido. Nesse sentido, cada organização, de acordo com as suas possibilidades, deve programar as mais variadas iniciativas a fim de dar a conhecer aos comunistas e ao povo a história e a importância do jornal;

2° Elaborar um breve roteiro da vida do jornal nesses cinquenta anos;

3° Tirar uma edição especial sobre o 50° aniversário de "A CLASSE OPERÁRIA";

4° Estimular a criação de correspondentes e a organização de círculos de contribuintes para a difusão e a sustentação do jornal.

Janeiro de 1975

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

Resolução sobre o 50º aniversário de "A CLASSE"

Dia 1º de Maio próximo, o orgão central do Partido Comunista do Brasil completará cinquenta anos de existência. Desde 1925, "A CLASSE OPERÁRIA" tornou-se a intérprete destemorosa do destacamento avançado do proletariado brasileiro que abraçou a causa do socialismo, do marxismo-leninismo. Nesse meio século, o jornal dos comunistas, somente em curtos períodos pode sair legalmente. Por causa das violências e arbitrariedades dos diferentes governos das classes dominantes teve de ser publicado de modo clandestino. Suportou incríveis perseguições e esteve sujeito a brutalidades sem conta. Vários de seus redatores, gráficos e distribuidores foram presos, torturados e alguns pagaram com a vida a honrosa tarefa de editá-lo e difundi-lo.

Apesar das vicissitudes, "A CLASSE OPERÁRIA" jamais deixou de circular, de levar aos trabalhadores e ao povo a orientação do Partido. Vencendo toda a sorte de dificuldades, procurou ininterruptamente defender os interesses das massas exploradas e oprimidas, propugnar pela necessidade da revolução agrária e antiimperialista, apontar o caminho do socialismo e do internacionalismo proletário.

"A CLASSE OPERÁRIA" sempre mereceu, por isso, o apoio firme de milhares de abnegados combatentes proletários, a solidariedade ativa de verdadeiros patriotas e democratas que a sustentaram desassombradamente, de mil e uma formas, durante todos esses cinquenta anos. A figura de CLASSOP, militante comunista encarregado da difusão do jornal, passou a constituir parte integrante da sua gloriosa história. Graças a esse apoio e a essa ajuda, "A CLASSE OPERÁRIA" mantém-se até hoje fiel ao seu dever de informar, esclarecer, mobilizar e organizar as massas para a luta pela sua emancipação nacional e social.

Quando o Partido Comunista do Brasil rompeu com os revisionistas contemporâneos e teve de reorganizar suas fileiras, o papel de "A CLASSE OPERÁRIA" cresceu ainda mais. Ela transformou-se numa trincheira de luta do marxismo-leninismo ajudando a desmascarar o revisionismo e todas as teorias e correntes hostis ao movimento operário e comunista, num baluarte da revolução popular brasileira e da união do proletariado e dos povos oprimidos do mundo inteiro. Ao instaurar-se a ditadura militar-fascista com o propósito de estrangular definitivamente os ideais de justiça e liberdade do povo brasileiro, o orgão central do Partido, na mais rigorosa clandestinidade, vem cumprindo sem vacilações sua função revolucionária, contribuindo para unificar o pensamento e a ação dos comunistas em todo o país.

Tendo em conta essas tradições heróicas e o importante papel que vem desempenhando "A CLASSE OPERÁRIA", o Comitê Central decide:

1º Comemorar, durante o mês de Maio de 1975, o 50º aniversário do orgão

Continua na pág. 15